

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: 01/07/2013 a 31/07/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Novo assentamento do Incra no Noroeste paulista beneficiará 66 famílias – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/07/2013	4
Incra inicia relatórios de identificação que beneficiam 1,3 mil famílias remanescentes de quilombos na Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/07/2013	4
PAA: mais de 30 mil assentados da reforma agrária são beneficiados pelo Programa. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 05/07/2013.....	5
Incra/PB entrega casas a assentados no município de Olho D’água – Site Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 08/07/2013	6
Justiça Federal entrega posse de imóvel para Incra assentar famílias na Mata Norte de Alagoas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/07/2013	6
Delgado: a importância da questão agrária nas manifestações urbanas. Guilherme Delgado – Site do MST. 15/07/2013	8
Incra/CE vai transformar dois imóveis rurais em assentamentos da reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/07/2013.....	9
Justiça bloqueia fazenda de laranja disputada pelo MST. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Política. 15/07/2013.....	11
Comunidade quilombola em Porto Alegre (RS) tem território identificado – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/07/2013	12
Publicada resolução do Conama que retira a obrigatoriedade do licenciamento prévio do assentamentos – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 19/07/2013.....	13
Justiça mantém comunidade de quilombos em Ubatuba. Reginaldo Pupo – O Estado de São Paulo, Política. 22/07/2013	13
Deputado registra apoio ao MST na retomada de terras griladas pela Cutrale – Site do MST. 24/07/2013	14
BNDES apoia com R\$ 36 milhões inclusão socioprodutiva em assentamentos da reforma agrária no RS – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/07/2013	15
MST festeja no Paraná a conquista do Assentamento Egídio Brunetto – Site do MST. 29/07/2013	16
Poder Judiciário atrasa a Reforma Agrária em São Paulo. Vanessa Ramos, CUT-SP – Site do MST. 29/07/2013	17

Deputados europeus visitam a CONTAG e fazem proposta de fórum de reforma agrária – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 30/07/2013	19
Incra assenta mais 200 famílias e soluciona conflito agrário do Paraná – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/07/2013	20

Novo assentamento do Incra no Noroeste paulista beneficiará 66 famílias – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/07/2013

A Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no estado de São Paulo (Incra/SP) está destinando mais um imóvel rural para a instalação de um assentamento de reforma agrária na região do Noroeste Paulista. Trata-se do Projeto de Assentamento Fazenda Bom Jesus I, localizado nos municípios de Ouroeste e Indiaporã, cuja portaria de criação foi publicada hoje (5), no Diário Oficial da União.

O imóvel, de 850 hectares, passou por processo de desapropriação. A área foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária, por decreto presidencial, em 23/12/2009, e, mediante decisão judicial, a imissão de posse ao Incra ocorreu em 13/12/2012. A licença prévia ambiental para a instalação do assentamento foi concedida em abril de 2013. O Projeto de Assentamento Bom Jesus I tem capacidade para 66 famílias, que serão beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Com a criação do assentamento, o Incra/SP realizará a seleção e homologação das famílias a serem assentadas, assim como providenciará investimentos na infraestrutura do local. Além de contar com recursos e programas do Incra, o novo assentamento terá suas demandas de energia elétrica, habitação rural e abastecimento atendidas por outros programas federais como Luz para Todos, Minha Casa, Minha Vida e Água para Todos, para garantir as condições de produção e geração de renda das famílias assentadas.

Incra inicia relatórios de identificação que beneficiam 1,3 mil famílias remanescentes de quilombos na Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/07/2013

Seis territórios quilombolas tiveram os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) iniciados neste mês, na Bahia. A ação beneficiará ao menos 1,3 mil famílias remanescentes de quilombos.

Os relatórios antropológicos – primeira parte do RTID – referentes a dois desses territórios estão sendo realizadas diretamente pelo Incra. As comunidades envolvidas são a de Buri, no município de Maragogipe, e Jiboia, situada entre os municípios de Senhor do Bonfim e Campo Formoso.

As peças iniciais dos demais RTIDs são resultantes de licitação realizada nacionalmente pelo Incra em 2011 e foram entregues, na última semana, à autarquia no estado. Os atendidos são os territórios de São Braz, no município de Santo Amaro; Fazenda Porteira, no município de Entre Rios; comunidades reunidas de Caongi Dendê, Calemba, Engenho da Praia e Engenho da Ponte, além da comunidade Santiago do Iguape, ambas no município de Cachoeira.

A equipe do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas está prosseguindo com as tarefas necessárias para que os processos possam ser finalizados até dezembro.

O chefe do Serviço, Flávio Assiz, ressalta que a abertura de novos relatórios só está sendo possível devido aos servidores empossados do último concurso. “Contamos agora com cinco antropólogos, o que está melhorando o desempenho das ações para regularização de territórios quilombolas”, frisa. Segundo ele, até o fim do ano mais três RTIDs serão abertos pelo setor.

Além da frente de trabalho aberta diretamente pelos servidores do Incra/BA para a elaboração de RTIDs, a expectativa é a de que mais 11 relatórios antropológicos sejam entregues ainda neste ano pelas empresas contratadas para a realização dos serviços.

PAA: mais de 30 mil assentados da reforma agrária são beneficiados pelo Programa. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 05/07/2013

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribui para aumentar a inserção dos assentados nas políticas públicas que promovem o desenvolvimento rural. Balanço realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostra que, em 2012, 510 projetos com participação destes beneficiários fornecedores de alimentos foram contemplados com recursos do PAA, enquanto que em 2009 eram 150. No mesmo período, o envolvimento dos assentados no Programa saltou de 7,7 mil para 30,6 mil participantes, um crescimento de 297,4%.

Com o acréscimo da participação dos assentados da reforma agrária também cresceu o valor operado dos projetos. Em 2009 foram destinados R\$ 29,7 milhões e no passado os recursos atingiram a casa dos R\$ 135,2 milhões - um incremento de 335%.

Essas ações impactam diretamente na renda dos assentados atendidos pelo PAA. Há quatro anos, a receita proveniente do Programa dos assentados da reforma agrária chegava a R\$ 3.797,05. Já em 2012, o rendimento registrou a média de R\$ 4.311,16.

A Região Sudeste é que apresenta o maior número de assentados da reforma agrária contemplados pelo PAA, com uma fatia de 36% do total de participantes. Em segundo lugar está o Sul, com 32%, seguido da Região Nordeste, que registra 14%. Já as regiões Centro-Oeste e Norte apresentam os menores índices, 13% e 5%, respectivamente.

Desde que foi criado, há 10 anos, o PAA já contemplou pequenos agricultores de 2760 municípios. Além da Conab, Estados e Municípios operam o Programa de Aquisição de Alimentos. Os recursos do PAA são repassados pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) também participa da política de apoio à agricultura familiar na formulação e acompanhamento do Programa.

Incra/PB entrega casas a assentados no município de Olho D'água – Site Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 08/07/2013

A Superintendência Regional do Incra na Paraíba fez entrega, no último dia 29, de casas para as 20 famílias que vivem no assentamento Mãe Rainha I, no município de Olho D'Água, no Sertão paraibano, a 371 quilômetros da capital João Pessoa. As 20 casas representam um investimento de R\$ 300 mil.

Participaram da solenidade representantes do Incra/PB, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos da Reforma Agrária (Cooptera), que presta assistência técnica ao assentamento.

Segundo o superintendente regional do Incra/PB, Cleofas Caju, as residências foram construídas em alvenaria e possuem 75 metros quadrados divididos em sala, cozinha, banheiro e três quartos. Todos os cômodos têm piso de cerâmica. "São residências construídas com capacidade para proporcionar moradia digna aos assentados", disse Caju. De acordo com o chefe do Serviço de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos do Incra-PB, Gilberto Ferreira dos Santos, cada casa custou R\$15 mil.

"A entrega das casas é uma conquista de suma importância para o Assentamento Mãe Rainha I, uma vez que, depois de muita luta em busca da garantia desse direito, agora os assentados poderão viver com mais dignidade, melhor infraestrutura e qualidade de vida com suas famílias", disse Iocaiama Dantas, assistente social da Cooptera.

Para Alexandre Alves da Silva, um dos coordenadores do MST, que acompanha os assentados de Mãe Rainha I, a entrega das casas de alvenaria representa uma grande vitória para as famílias que moravam em casas de taipa, sem nenhuma estrutura. "Elas agora estão morando dignamente e nós, do MST, ficamos felizes por essa conquista. Sabemos que, de agora em diante, as famílias começam uma nova fase de vida", disse Alexandre.

O imóvel rural "Santana e Madeira", que deu origem ao Assentamento Mãe Rainha I, foi declarado de interesse social para fins de reforma agrária, em decreto do dia 23 de março de 2009. A imissão de posse aconteceu em 16 de setembro de 2010. A portaria de criação do assentamento, com área de 1.287 hectares, foi publicada na edição do Diário Oficial da União de 5 de outubro de 2010.

Justiça Federal entrega posse de imóvel para Incra assentar famílias na Mata Norte de Alagoas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/07/2013

O juiz Sérgio José Wanderley de Mendonça, da 2ª Vara da Justiça Federal em Alagoas, concedeu liminar de imissão na posse do imóvel Pedra Branca, em Campestre (130 Km

de Maceió), ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Na tarde desta quarta-feira, agentes da Polícia Federal acompanharam o oficial de Justiça e o ouvidor agrário do Incra para oficializar o ato na casa-sede da fazenda. Os trabalhadores também foram notificados da decisão, em reunião no acampamento que fica à beira da rodovia AL 201.

A decisão judicial conclui um processo que durou mais de oito anos, desde a realização da primeira vitória, em 2004. De acordo com informações da Ouvidoria Agrária do Incra, à época uma ação de reintegração de posse foi concedida ao proprietário sem que o esbulho ao seu imóvel tenha de fato se concretizado. Os trabalhadores acampavam num imóvel vizinho. O Incra foi impedido judicialmente de dar continuidade aos trabalhos de obtenção.

“De imediato, o proprietário arrendou parte da propriedade a uma usina, que a tornou produtiva com o plantio de cana-de-açúcar”, explicou o ouvidor Marcos Bezerra. Com a disputa jurídica e as argumentações do Incra, a sentença torna válida a primeira vitória realizada, que considerou o imóvel passível de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

“É uma vitória jurídica do Incra e representa muito para os trabalhadores que, de fato, vivem ali com seus filhos”, destacou a superintendente do Incra, Lenilda Lima. Ela informou que a autarquia, com a intervenção da Procuradoria Especializada e da Advocacia Geral da União, também atua em mais ações que deverão resultar na aquisição de outros imóveis para a reforma agrária.

A partir de negociações realizadas com as duas partes, o oficial de Justiça Américo Albuquerque Sampaio e o ouvidor do Incra acordaram que os trabalhadores ocuparão uma área provisória de 25 hectares com acesso à água. O proprietário terá até o dia 26 deste mês para fazer a retirada total dos bens e dos animais existentes. Técnicos da Divisão de Obtenção do Incra iniciam hoje a medição da área plantada de cana-de-açúcar para atualizar os cálculos da avaliação do imóvel.

O objetivo é assentar 64 famílias no imóvel de 432 hectares que fica próximo à cidade, com fácil acesso a estradas e serviços públicos. O clima e o solo propícios à cultura da cana também são ideais para outras produções já existentes no município, como mandioca, inhame, milho, feijão e hortaliças, além de frutas como banana, mamão, maracujá e acerola.

Rafael Simões, representante dos trabalhadores, agradeceu o trabalho do Incra e alertou seus companheiros para a importância de produzir a terra. “Queremos dar exemplo, mostrar que a agricultura familiar e a reforma agrária podem tirar da terra o sustento de muitas famílias”, explicou o líder, sob a lona do barraco onde foi lido pelo ouvidor o mandado de imissão.

Marcos Bezerra destacou a importância da luta das famílias e do trabalho do Incra. “São oito anos de sofrimento e luta para vocês e de muita dedicação e engajamento jurídico

do governo federal para construir a realidade que se inicia hoje; aproveitem, trabalhem e construam um futuro para seus filhos e netos”.

Delgado: a importância da questão agrária nas manifestações urbanas. Guilherme Delgado – Site do MST. 15/07/2013

Do Correio da Cidadania

As massas urbanas que acorreram às manifestações do mês de junho, sacudindo as estruturas da República, têm clara percepção das mazelas da vida urbana das grandes e médias cidades do Brasil, urbes que lhes acomodam com tanta precariedade.

Incorporados ao mercado de trabalho formal, a maior parte nos últimos treze anos, os atuais 65 milhões de trabalhadores inscritos no INSS percebem remunerações entre um (1) e 3,5 salários mínimos para cerca de 2/3 dos empregados (conforme Anuário Estatístico da Previdência Social - 2011), remuneração que é ainda mais baixa para os “contribuintes autônomos”.

Mas a própria Previdência Social revela também uma forte rotatividade dos trabalhadores inscritos, sob a forma de perda de contribuições mensais – entre 1/3 e metade dos seus segurados urbanos, praticamente todos os anos.

Diante dessa estrutura de baixos salários, que não é independente da estrutura agrária, os elevados custos sociais da vida urbana, alguns deles monetarizados – transporte, alimentação e habitação –, são diretamente visíveis e impactantes imediatos à insatisfação manifesta nas ruas.

Outros fatores ficam invisíveis, mas não menos incidentes na piora das condições de vida das cidades, especialmente dos “habitats” submetidos aos riscos crescentes dos congestionamentos urbanos e das condições climáticas, sob condições de forte desigualdade.

Vou fazer breves considerações de fatores que são externos ao espaço físico das cidades, mas que lhes são fortes condicionadores das condições de vida: a estrutura da propriedade e do uso da terra rural atualmente em vigor. Esta coloca alguns dilemas a mais para a crise urbana, evidenciando uma questão agrária que transcende os espaços geográficos convencionais.

Os alimentos da cesta básica – o arroz com feijão e a diversidade de produtos hortifrutigranjeiros, que não entram na lista exígua das ‘commodities’ – vão cada vez mais se distanciando dos centros urbanos, pressionando por essa via uma inflação de alimentos, que não é conjuntural e que não precisaríamos mantê-la, erodindo esses já baixos salários.

Por outro lado, os sistemas hídricos que abastecem as cidades e a própria regularidade das estações climáticas de um país continente como é o Brasil, no qual 99,7% do

território são definidos como espaço rural pelo IBGE (Censo Agropecuário de 2006), dependem de como se utiliza e maneja esse espaço (rural).

Desequilíbrios ecológicos fortes provocados por exploração predatória de florestas nativa, contaminação de mananciais hídricos, destruição da biodiversidade e super-emissão de dióxido de carbono na atmosfera são os componentes perversos de uma estrutura agrária eficiente do ponto de vista da lucratividade privada, mas extremamente negativa à vida em sociedade, especialmente à vida urbana.

Colocar limites aos direitos absolutos da propriedade fundiária na zona rural, ora vigentes, é a característica essencial de uma política agrária que seja condição de possibilidade à própria reforma agrária, por suposto, mas também a uma vida urbana mais saudável e menos desequilibrada.

Nosso ordenamento constitucional assim o estabelece (Art. 186 – CF) – princípios da função social, ambiental e trabalhista, que legitimam o direito de propriedade; mas estes princípios são mantidos “letra-morta” há vários governos pela ação obstrutiva do Parlamento e Executivo aliado, com devido silêncio obsequioso do Judiciário.

Na verdade este é o cerne da reforma agrária, que equivocadamente a maior parte das pessoas confunde com um programa de assentamentos agrários (redistribuição de terras).

Se faltam as normas e meios de controle da propriedade fundiária, no sentido de adequá-la à sua função social, os programas de assentamento são submetidos à vassalagem do capital agrário (autodenominado agronegócio) ou virtualmente extintos, como sucede no presente.

Finalmente, é importante destacar, ao ingressar no espaço urbano com as bandeiras da reforma agrária, que os movimentos sociais empunharam a partir de 11 de julho, aparecem as conexões urbanas inevitáveis da questão agrária e do que é essencial e preliminar realizar na reforma agrária.

Isto porque, sem as pressões urbanas substanciais, à semelhança das manifestações do mês de junho, não se ‘convence’ os poderes da República a mudar de rumo no pacto de poder agrário que os alia, ainda que à revelia da sociedade. Mas as ruas sozinhas não promovem mudanças, quando não se lhes oferecem rumos explícitos a caminhar!

Incra/CE vai transformar dois imóveis rurais em assentamentos da reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/07/2013

O Incra no Ceará recebeu a posse de dois imóveis rurais no Território da Cidadania de Inhamuns-Crateús, que serão destinados à criação de assentamentos de reforma agrária para 48 famílias sem terra. A fazenda Monte Alegre, no município de Crateús, foi desapropriada na última sexta-feira (12), em cerimônia de imissão de posse na casa sede

da fazenda. Na área de 1.715 hectares serão assentadas 20 famílias. Antes, na quinta-feira (11), o Incra/CE recebeu a posse da fazenda Parati/Várzea D'Água, onde serão assentadas 28 famílias, em 2.426 hectares no município de Tamboril.

A desapropriação das áreas encerrou conflitos agrários envolvendo os dois imóveis rurais, onde havia a presença de acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Também encerrou a ansiedade de famílias que aguardavam a posse da terra para construir suas casas e produzir alimentos.

Para Edvan Dias da Costa – casado, pai de dois filhos e filho de assentado, que já morou em São Paulo por três anos e voltou à Crateús para ser vaqueiro de um proprietário de terra da região –, a criação de um assentamento em Parati/Várzea D'Água é a chance de conseguir melhores condições de vida para a família. "Com o assentamento, eu espero ter uma casa de qualidade, água e uma agricultura com incentivo dos governos", disse.

Em Monte Alegre, que deverá ser chamada de assentamento Liberdade, a transformação do imóvel em área de reforma agrária trouxe tranquilidade à família da senhora Maria Dalva Pereira do Valle (65), que passou por situações de conflito com a antiga proprietária da fazenda. "Estou muito feliz e agora só quero paz, união de todos e sossego para trabalhar e prosperar", disse.

As cerimônias de imissão de posse tiveram as presenças das futuras famílias assentadas, que comemoraram a obtenção das terras. Em Monte Alegre, foi organizada uma festa com almoço pela manhã e apresentações artísticas durante todo o dia. A superintendente em exercício do Incra/CE, Denise Silva Aragão, e servidores da divisão de desenvolvimento da autarquia no Estado participaram das solenidades, além de autoridades municipais, representantes dos sindicatos rurais locais e famílias assentadas na região.

Segundo Denise Aragão, a superintendência pretende publicar em breve as portarias de criação dos assentamentos para agilizar a liberação dos créditos para apoio inicial das famílias e fomento à produção, além de possibilitar o mais rápido possível o início da construção das casas dos assentados. "O objetivo do Incra não é apenas assentar as famílias, mas também melhorar a qualidade de vida delas", disse.

Avanço na reforma agrária

Com Monte Alegre e Parati/Várzea D'Água já são quatro fazendas desapropriadas este ano para reforma agrária. Foram imitidas em posse, em 2013, a fazenda Juá, no município de Caridade, onde serão assentadas 26 famílias e Lajes, em Trairi, para 52 famílias. Neste mês de julho, o Incra/CE aguarda obter a posse de mais uma área, no município de Barro, que irá beneficiar 60 famílias sem terra.

Justiça bloqueia fazenda de laranja disputada pelo MST. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Política. 15/07/2013

Juíza considerou 'grande possibilidade' de que a fazenda esteja instalada em terras da União

A Justiça Federal bloqueou a matrícula da Fazenda Santo Henrique, da empresa de suco de laranja Cutrale, em Borebi, no centro-oeste paulista. A juíza substituta da 1ª Vara Federal de Ourinhos, Melina Faucz Kletemberg, considerou haver "grande possibilidade" de que a fazenda esteja instalada em terras da União.

A propriedade, de 1.104 hectares, tornou-se conhecida após ser invadida quatro vezes pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), a última, em junho deste ano. O movimento reivindica a área para assentamento da reforma agrária.

Em decisão do dia 10, divulgada nesta segunda-feira, 15, a juíza acatou pedido de tutela antecipada feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), por meio da Advocacia Geral da União. O órgão federal alega que as terras são remanescentes de um antigo projeto de colonização federal, o Núcleo Colonial Monção, e foram ocupadas irregularmente.

O bloqueio impede a venda ou outras transações com o imóvel até que se tenha decisão definitiva sobre o domínio das terras. O Incra quer que a fazenda seja declarada propriedade federal. A propriedade é objeto de ação reivindicatória por parte do Incra desde agosto de 2006.

Em junho de 2007, o órgão obteve imissão na posse do imóvel no Tribunal Regional Federal de São Paulo, mas os advogados da Cutrale obtiveram a cassação da liminar. Em nota, a empresa informou possuir toda a documentação e as escrituras que comprovam a posse legal da Santo Henrique e que está à disposição da Justiça Federal para colaborar com o processo.

A nova decisão, segundo a empresa, tem apenas o objetivo de evitar que a propriedade agrícola sofra alterações em seus registros até que seja proferida a decisão de mérito da ação judicial. "A Cutrale apresentará na ocasião oportuna sua defesa e eventuais recursos que julgar necessários para reafirmar a sua titularidade dessa propriedade", conclui a nota.

Vazio geográfico. O projeto Monção foi iniciado em 1910 para colonizar um vazio geográfico no centro do Estado de São Paulo. Uma área de 40 mil hectares entre os municípios de Agudos, Lençóis Paulista, Borebi, Iaras e Águas de Santa Bárbara foi dividida entre imigrantes de várias nacionalidades, mas o projeto não vingou.

O Incra entrou com 50 ações para retomar cerca de 40 mil hectares. A região virou alvo do MST. Parte da gleba foi transformada em assentamentos, mas o foco passou a ser a área da Cutrale.

Em 2009, durante uma invasão, integrantes do MST depredaram a fazenda e usaram tratores para destruir 12 mil pés de laranja. O vandalismo ganhou repercussão nacional.

Comunidade quilombola em Porto Alegre (RS) tem território identificado – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/07/2013

Foi publicado no Diário Oficial da União desta quinta-feira (18) o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade quilombola do Areal/Luiz Guaranha, de Porto Alegre (RS). Por meio de diversos estudos, incluindo relatório antropológico e levantamentos variados, o Incra/RS identificou uma área de cerca de 4,5 mil metros quadrados entre os bairros Cidade Baixa e Menino Deus a ser regularizada em nome da comunidade, formada por 67 famílias.

O relatório antropológico foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), coordenados pela professora Denise Jardim. A ocupação da área remonta ao século XIX, quando a Baronesa de Gravathay solicitou o loteamento de sua chácara, cedendo lugar a habitações populares no “Areal da Baronesa”.

O antigo arraial sofreu com os processos de urbanização, levando à marginalização e exclusão a população negra. Para a antropóloga do Incra/RS, Janaina Lobo, a comunidade do Areal “vivifica-se como herança viva do antigo território e se constitui como um grupo etnicamente diferenciado, com profundos laços de enraizamento no local”.

O processo de regularização foi aberto em 2005, mas antes disto, a comunidade já buscava solução para a área. “É uma luta de mais de dez anos. Foi demorado, mas hoje nos sentimos felizes e satisfeitos com mais esta etapa”, afirma o presidente da Associação Comunitária e Cultural Quilombo do Areal, Alexandre Ribeiro.

A próxima fase no processo de regularização é o prazo de 90 dias para contestação ao RTID por parte de ocupantes da área. Nos limites identificados pelo Incra/RS há terrenos da prefeitura de Porto Alegre e do Governo Estadual. Após este período, é publicada uma portaria pelo presidente do Incra, reconhecendo o território. O processo culmina com a titulação em nome da comunidade – um título coletivo e que não pode ser dividido.

No Rio Grande do Sul, três comunidades quilombolas já possuem títulos de suas áreas: Chácara das Rosas, em Canoas, Família Silva, em Porto Alegre, e Casca, em Mostardas – as duas primeiras, assim como o Areal/Luiz Guaranha, são quilombos urbanos. No Incra/RS há 80 processos de regularização abertos.

Publicada resolução do Conama que retira a obrigatoriedade do licenciamento prévio do assentamentos – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 19/07/2013

Em 18 de julho foi publicada, no Diário Oficial da União, a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) Nº 458/2013 que estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de atividades agrossilvipastoris e de empreendimentos de infraestrutura, passíveis de licenciamento, realizados em assentamentos de reforma agrária. Ela revoga a Resolução Nº 387/2006, que criava uma série de exigências. A decisão do Conama em retirar a obrigatoriedade de licenciamento prévio dos assentamentos já havia sido comemorada no período do 19º Grito da Terra Brasil, mas só agora a resolução foi publicada.

Dos 6.855 assentamentos do Incra, apenas 1.831 foram licenciados. Portanto, a CONTAG acredita que esta medida resolverá o problema de 5.024 que, sem o licenciamento ambiental, estão impedidos de acessar as políticas públicas.

Agora, os empreendimentos de infraestrutura e das atividades dos assentamentos antigos passíveis de licenciamento poderão ser feitas por procedimentos simplificados constituídos em documento único e serão feitos pelo Incra.

Segundo o secretário de Meio Ambiente da CONTAG, Antoninho Rovaris, durante as negociações do GTB 2013, a diretoria da Confederação apresentou em audiência com a presidenta Dilma Rousseff a real situação dos assentamentos no país, e um dos temas foi a falta de licenciamento dessas áreas. “Essa conversa com a presidenta foi fundamental para a decisão do Conama. Consideramos que este foi um avanço importante e esperamos que o próprio Incra e o governo possam fazer com que os processos de regularização ambiental dos assentamentos da reforma agrária, tantos os antigos quanto os novos, possam deslanchar no Brasil.”

Justiça mantém comunidade de quilombos em Ubatuba. Reginaldo Pupo – O Estado de São Paulo, Política. 22/07/2013

Agência Estado

Representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estiveram em Ubatuba e no início da noite desta segunda-feira e conseguiram uma liminar na Justiça Federal para barrar a retirada de moradores da comunidade remanescente de quilombos localizada na Praia de Cambury, ao norte da cidade. A legislação prevê que a Justiça Federal tem a competência para atuar em conflitos envolvendo comunidades de quilombos.

A Justiça de Ubatuba, no litoral norte de São Paulo, determinou a retirada de moradores da comunidade remanescente de quilombos para o cumprimento de uma ação de reintegração de posse de parte da área, movida em 1976. Um oficial de Justiça e 12

policiais militares chegaram ao vilarejo na manhã desta segunda-feira para cumprir a decisão, mas a ação ficou marcada para a manhã desta terça-feira, 23, devido ao número insuficiente de policiais, ante os 200 moradores do local.

Policiais federais poderão ser acionados na manhã desta terça para que a Polícia Militar não cumpra a ordem judicial. A área estava sendo reivindicada por João Bento de Carvalho, morto aos 105 anos, mas o processo continuou sendo movido por sua esposa. Segundo o monitor ambiental Fábio Tomaidis, 39, morador do local, a área é reconhecida pelo Incra e pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). O local também é certificado pela Fundação Cultural Palmares. A área está protegida pelo Parque Estadual da Serra do Mar e pelo Parque Nacional da Bocaina. Segundo ele, Carvalho teria tomado posse de parte da área de forma clandestina. "Ele requeria 10% da área remanescente".

Até as 19h30 desta segunda, as 39 famílias que residem na área estavam de prontidão. "Tememos que os policiais cheguem de madrugada e nos surpreendam", disse uma das moradoras. Tomaidis declarou que caso a reintegração de posse seja cumprida, os moradores tentarão impedir a entrada dos policiais no local, que é cercado por cachoeiras com diversos caminhos abertos na mata.

Deputado registra apoio ao MST na retomada de terras griladas pela Cutrale – Site do MST. 24/07/2013

Da Página do MST

Em discurso proferido na Câmara semana passada, o Deputado Fernando Ferro (PT-PE) salientou a importância da ação da Justiça Federal no Estado de São Paulo que retomou para a União a área grilada pela empresa Cutrale, cuja propriedade foi objeto de diversas ocupações do MST, que reivindicava a área para fins de Reforma Agrária.

O deputado lamentou ainda o fato do MST ter sido acusado de “estar invadindo terras privadas que na verdade se constituem terras que foram, no início do século XX, objeto de um projeto de colonização e que haviam sido griladas por esse grupo, Cutrale”.

A criminalização das ações do MST pela grande mídia também foram lembradas por Ferro. O fato da Justiça Federal repor a verdade por meio da retomada da área para que ela atinja sua função social, “mostra claramente o equívoco que foi cometido, inclusive pelo candidato Serra, à Época, e a TV Globo que acusavam o MST de invasão de terras privadas”.

Porém, a luta do Movimento pela retomada das terras griladas pela Cutrale, era mais do que legítima. Uma vez que eram terras públicas totalmente passíveis de participar do programa de Reforma Agrária.

Histórico

Desde 1995, o MST luta pela retomada das terras griladas no município de Iaras, na região de Bauru, no interior de São Paulo. A Fazenda Santo Henrique, grilada pela empresa de suco de laranja Cutrale para sustentar seu império, tem 1.104 hectares e pertence à União.

Em decisão do dia 10 de julho de 2013, divulgada apenas na segunda, 15/07, a juíza substituta da 1ª Vara Federal de Ourinhos, Melina Faucz Kletemberg, acatou, por meio da Advocacia Geral da União, o pedido de tutela antecipada feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O órgão alega que as terras são remanescentes de um antigo projeto de colonização federal, o Núcleo Colonial Monção, e foram ocupadas irregularmente. O objetivo do Incra é que a área seja declarada propriedade federal, possibilitando assim sua desapropriação para fins de Reforma Agrária.

O Estudo técnico da Cadeia Dominial feito na área evidencia a ocupação irregular da empresa nas áreas que pertencem à União. O MST denuncia ainda a existência de ações fraudulentas que foram feitas para justificar a suposta propriedade da área.

Desde 2005, a Cutrale foi notificada pelo Incra para que desocupasse a área. Ignorando a notificação, a empresa afirma possuir toda a documentação e escrituras que comprovam a posse legal da Santo Henrique.

BNDES apoia com R\$ 36 milhões inclusão socioproductiva em assentamentos da reforma agrária no RS – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/07/2013

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou operação no valor de R\$ 36 milhões para projetos de qualificação e fortalecimento de atividades produtivas em assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Sul.

Os recursos são não reembolsáveis, provenientes do BNDES Fundo Social, e serão concedidos ao governo do Estado para o Programa de Qualificação da Infraestrutura Básica e Produtiva dos Assentamentos, operacionalizado pelo Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul (FUNTERRA).

A esse montante somam-se R\$ 30 milhões contratados em abril de 2012, no âmbito da linha BNDES Estados, e mais R\$ 6 milhões, assegurados pelo Governo do Estado para investimentos adicionais nos assentamentos. No total, R\$ 72 milhões em recursos serão destinados à inclusão socioproductiva nos assentamentos da reforma agrária gaúchos.

Uma equipe do Banco estará na próxima semana no Rio Grande do Sul, em visita de acompanhamento aos projetos. Técnicos do Banco participam de reunião na segunda-feira, 29, na Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, em Porto Alegre. No dia seguinte, a equipe segue para Eldorado do Sul, onde visita o

assentamento da Cootraf. Na sequência, serão visitadas as cooperativas Cooperterra, em Tupanciretã (dia 31), Cooperforte, em Santana do Livramento (1º/8), e Cooperal, em Hulha Negra (2/8).

As operações contratadas pelo BNDES buscam apoiar projetos de estruturação e qualificação de empreendimentos produtivos coletivos. Os beneficiários são famílias de trabalhadores rurais de assentamentos regularmente cadastrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e organizadas em cooperativas ou associações.

Dentre os projetos estruturantes identificados como oportunidades de investimento, estão a reestruturação da cadeia produtiva do leite, a produção e qualificação de arroz ecológico e a instalação de padaria, cozinhas e unidades de processamento de vegetais nos assentamentos. Os projetos terão ênfase na inclusão socioprodutiva de mulheres, possibilitando a redução da desigualdade de gênero. Até o momento, já foram aprovados 27 projetos, no valor global de R\$ 6,8 milhões, com potencial para beneficiar 4.849 pessoas.

O Governo do Estado, com suporte do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL) e da EMATER/RS, será o responsável pelo acompanhamento direto da execução dos projetos e pela comprovação físico-financeira dos recursos liberados pelo BNDES. Estima-se que mais de 13 mil famílias de agricultores gaúchos sejam beneficiadas, ao final da operação.

Impactos sociais

O público-alvo dos assentamentos é considerado prioritário para o BNDES, tanto por sua importância na produção de alimentos da cesta básica quanto em virtude da fixação de populações no meio rural, contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado do País.

A modernização do sistema produtivo rural nos assentamentos gaúchos tem ênfase na produção agroecológica, na produção para o autoconsumo e na agregação de valor para a produção, viabilizando a permanência das famílias no campo, com qualidade de vida.

MST festeja no Paraná a conquista do Assentamento Egídio Brunetto – Site do MST. 29/07/2013

Após anos lutando pelo direito à terra, por um lugar onde produzir alimentos saudáveis e garantir uma vida digna, o MST comemorou com uma grandiosa festa, nesse sábado (27/07), a conquista do Assentamento Egídio Brunetto, em Rio Branco do Ivaí, na região norte do Paraná.

A área que antes era chamada de Fazenda Mestiça tem 2.800 hectares e beneficiará 200 famílias Sem Terra que estavam acampadas desde 2007.

A solenidade que marcou a criação do assentamento teve início às 10 horas com mística, seguido de Ato Político, almoço a todos os participantes e atividades culturais para encerrar a tarde.

Participam aproximadamente 4 mil pessoas vindas de outras regiões do estado, entre elas acampados, assentados, além de autoridades municipais, estaduais e federais.

O Pré-Assentamento fica cerca de 20 quilômetros do município de Rio Branco do Ivaí, e foi ocupado no dia 1º de setembro de 2007 por aproximadamente mil famílias.

O nome Egídio Brunetto é em homenagem ao militante do MST que atuava em Mato Grosso do Sul e faleceu em decorrência de um acidente de carro no interior do estado, em novembro de 2011.

Atualmente o MST no Paraná tem aproximadamente 20 mil famílias assentadas e 6 mil famílias acampadas.

Poder Judiciário atrasa a Reforma Agrária em São Paulo. Vanessa Ramos, CUT-SP – Site do MST. 29/07/2013

A desigualdade do acesso à terra é uma realidade que permeia o Brasil e, segundo informações oficiais, a luta por este direito social está travada diante da burocracia. Atualmente, dos 523 processos envolvendo a reforma agrária no país, 234 estão paralisados no Judiciário.

Em São Paulo, dados divulgados neste mês pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), apontam que 16 processos relacionados à questão de terras estão em andamento na Justiça Federal e aguardam decisão para a efetiva posse dos imóveis pelo órgão.

Essas fazendas seriam suficientes para assentar pelo menos 1.100 famílias. A meta do Incra para 2013 é assentar 860 famílias. Até junho deste ano, foram atendidas apenas 312, o que equivale a 36,27%.

Segundo o presidente da Federação da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (FAF-CUT/SP), Marco Antonio Augusto Pimentel, a espera pela reforma agrária desgasta os trabalhadores rurais.

“Dependemos sempre da decisão da Justiça por um direito que, do ponto de vista constitucional, já é nosso”, afirma o dirigente ao se referir a casos como o da fazenda Santo Henrique, em Borebi, no centro-oeste paulista, bloqueada pela Justiça Federal no último dia 10/7.

A fazenda em questão, utilizada pela Cutrale, empresa de suco de laranja, é objeto de ação reivindicatória por parte do Incra há sete anos. “Só agora, a Justiça considerou existir ‘grande possibilidade’ de grilagem em terras da União”, ressalta Pimentel.

Para o secretário de Organização Sindical da FAF-CUT/SP, Claudio Frequete de Almeida, as áreas de reforma agrária no estado de São Paulo são poucas e, hoje, sofrem com o retrocesso.

“O Judiciário paulista está a serviço do latifúndio. Famílias assentadas há mais de dez anos reverteram há pouco tempo e com muita dificuldade ações da justiça que determinavam o seu despejo. Assentamentos em Descalvado, Bauru e São Carlos, no interior, podem também sofrer com pedido de reintegração - mesmo estando em posse do Incra”.

Pimentel explica que “a situação diante do Judiciário cria no seio das famílias tantas incertezas que podem até mesmo dificultar o desenvolvimento dos assentamentos”.

Outro aspecto destacado pelo presidente se refere às ações causadas pela administração tucana paulista.

“O governo estadual (PSDB) vive em função do agronegócio. Recentemente, ele tomou a decisão de tornar áreas públicas em terras particulares que, na verdade, deveriam ser destinadas à reforma agrária. Alckmin cria leis que oficializa a passagem dessas terras aos fazendeiros. Para nós, isso é um absurdo”, afirma.

Em todo o estado ainda existem sete mil famílias acampadas, o equivalente a 30 mil pessoas. Segundo o secretário Geral e de Comunicação da FAF-CUT/SP, Elvio Motta, ainda há um complicador com a existência de aproximadamente 160 mil ha de terras devolutas desocupadas e/ou griladas pelo agronegócio.

“Frente a essa realidade, é urgente uma tomada de decisão no sentido de elaborarmos um projeto estratégico objetivando a retomada desses espaços que são de direito da sociedade brasileira”, conclui o dirigente.

Brasil sem distribuição

O último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010) informa que 69 mil grandes propriedades de terra não produzem comida para a mesa do povo brasileiro, não promovem distribuição de renda ou geração de emprego e, ainda destroem, o meio ambiente com monoculturas para exportação. Esses latifúndios equivalem a 228 milhões de campos de futebol oficiais.

No Brasil, grandes proprietários perderam os seus direitos sobre a posse da terra porque suas áreas eram socialmente e ambientalmente improdutivas ou porque possuíam dívidas com a União.

Na desapropriação clássica, o governo já pagou as benfeitorias aos antigos donos, porém, o Judiciário não dá a emissão de posse ao Incra.

Deputados europeus visitam a CONTAG e fazem proposta de fórum de reforma agrária – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 30/07/2013

A CONTAG recebeu na tarde desta terça-feira (30/7) dois deputados da União Europeia: Vicente Garcéz e Andrés Perreló. Os espanhóis vieram apresentar a proposta de realização de um fórum mundial de acesso à terra, à água e aos recursos naturais. A ideia é fazer o fórum em 2015, um ano depois do Ano Internacional da Agricultura Familiar, em 2014.

De acordo com eles, esse seria um momento importante, porque atualizaria os debates sobre as políticas de reforma agrária e colocaria a pauta nas agendas brasileira e internacional por mais tempo.

“Queremos que o evento sirva para avaliar o que foi feito sobre o acesso à terra e aos recursos naturais, resgatar as promessas que não foram cumpridas no último fórum, em 2004, em Valência, e, sobretudo, pensar como será o futuro”, diz o deputado Vicente Garcéz, que também é agricultor e professor da Universidade Politécnica de Valência, na Espanha.

Segundo os deputados, a opinião da CONTAG é importante para a ala do parlamento europeu que trata da questão da terra em âmbito internacional. A entidade foi a primeira a ser consultada pelos políticos espanhóis, o que demonstra o prestígio no que se refere à defesa dos interesses de quem vive no campo.

Proposta

A ideia de realização do fórum com a participação de governos, organizações internacionais, movimentos sociais, especialistas e professores universitários agradou os dirigentes da CONTAG, que, prontamente, manifestaram apoio à proposta.

Alberto Broch, presidente da CONTAG, considerou a ideia brilhante. “Somos favoráveis a esse evento e queremos participar dele com proposições políticas. É uma boa oportunidade para avaliar como vamos lidar com esse tema da reforma agrária e como vamos trabalhar o problema de milhões de pessoas passando fome pelo mundo”, conta.

Willian Clementino, vice-presidente e secretário de Relações Internacionais da CONTAG, disse que o fórum será uma importante ocasião para se avançar nas políticas da agricultura familiar e de acesso à terra. “A reforma agrária tem que ser baseada em um modelo de inclusão social. Portanto, precisamos nos articular nesse momento de crise e disputa por modelo produtivo e envolver outros atores”, afirma.

Juraci Souto, secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG, acredita que o tema agrário e fundiário esfriou nas agendas dos governos e movimentos sociais internacionais e que o fórum renovará a busca por direitos. “Esse evento é importante

para nós porque a reforma agrária é o principal tema do nosso Projeto Alternativo, e isso reforçará a nossa luta”, destaca.

Os secretários Antoninho Rovaris (Meio Ambiente) e Dorenice Flor da Cruz (Geral) também participaram da reunião.

Inkra assenta mais 200 famílias e soluciona conflito agrário do Paraná – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/07/2013

Um dos principais conflitos agrários do Paraná, existente desde 2007, foi solucionado pelo Governo Federal, por meio da criação do assentamento Egídio Brunetto, em Rio Branco do Ivaí, região central do estado. A portaria de criação do assentamento foi assinada no último sábado (27) pelo superintendente regional do Incra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes. Serão assentadas 200 famílias de trabalhadores rurais sem-terra em uma área de 2.877 hectares.

O ato reuniu os futuros assentados e famílias acampadas de várias regiões do estado. O nome do novo assentamento é uma homenagem ao militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Egídio Brunetto, que atuava no Mato Grosso do Sul, morto em um acidente de carro em novembro de 2011.

A escritura pública de compra e venda da área (antiga Fazenda Mestiça) foi assinada no dia 3 de junho, em Curitiba (PR), em um investimento de R\$ 24,5 milhões realizado pelo Governo Federal, a partir da portaria assinada pelo presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, no dia 20 de março deste ano. O processo de compra foi feito com base no Decreto Federal nº 433/92, que regulamenta a aquisição de áreas para fins de Reforma Agrária. Pela modalidade "compra e venda", o Incra pode obter áreas consideradas de interesse social, porém não passíveis de desapropriação.

De acordo com o superintendente do Incra/PR, o novo assentamento vai ser um espaço de produção de alimentos saudáveis, sem utilização de agrotóxicos, com investimentos de cerca de R\$ 70 mil por família em infraestrutura, como saneamento básico, estradas, habitação e energia elétrica, em um prazo máximo de dois anos.

“Dentro de 30 dias, vamos concluir os trabalhos de mapeamento dos lotes e até o final deste ano, cada família vai saber em qual lugar ficará assentada”, disse Nilton Guedes. O coordenador do MST na região, Ireno Prochnow, elogiou o trabalho do Incra na obtenção da área e está otimista quanto ao futuro das famílias que serão assentadas. “Houve um grande empenho do Incra depois de muito sacrifício dos acampados”, comemorou.

As 200 famílias assentadas em Rio Branco do Ivaí estão inscritas em programas sociais no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). As políticas públicas orientadas para o desenvolvimento dos assentamentos do Incra serão redistribuídas em programas

específicos do Governo Federal. As moradias vão ser construídas no novo assentamento pelo programa “Minha Casa, Minha Vida”, operado pelo Ministério das Cidades em parceria com a Caixa Econômica Federal ou o Banco do Brasil. A abertura e a conservação das estradas serão viabilizadas a partir da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). O abastecimento de água fará parte do Programa Água Para Todos. “Integramos várias políticas públicas com objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável nos assentamentos federais”, diz o superintendente do Incra/PR.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgio,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa